

Educação

NOSSA OPINIÃO

Efeitos perversos

Em análise recente, o professor e filósofo José Arthur Gianotti criticou o que considera privilégio da escola pública superior em relação a outros setores da educação. Gianotti opõe-se até mesmo a uma discussão que tenha como objetivo aumentar as verbas para o ensino superior. "O que temos é suficiente", ele declarou. "Precisamos administrar melhor esse dinheiro."

É preciso conhecer o contexto em que se pronuncia Gianotti. Em 1992, por exemplo, numa avaliação aleatória de estudantes de 20 países, com 13 anos de idade, estudantes chineses obtiveram 80 pontos (em cem) num teste de matemática; os franceses, 64; os espanhóis, 55; os brasileiros, 37. Em cada cem crianças brasileiras, no quadro de agora, 44 concluem os oito anos de ensino básico; menos de 20 completam o segundo grau; menos de cinco chegam à faculdade. As universidades públicas, entretanto, absorvem quase dois terços das verbas federais para a educação. Segundo Gary Becker, Prêmio Nobel de Economia, "o papel do Governo na promoção do capital humano é garantir ensino primário e secundário". O Brasil não está garantindo; nem usa os métodos dos países que resol-

veram o seu problema educacional. A Coreia é sempre lembrada como país que "deu a virada" investindo maciçamente em educação. Mas o maciço, no caso, não significa quantidade de dinheiro, e sim dinheiro bem empregado. Os coreanos garantiram um ciclo básico de qualidade, e optaram por "terceirizar" a sua universidade, mandando muitos estudantes para cursos no exterior. Brasil e Índia, em contrapartida, continuaram privilegiando a universidade.

Um dos efeitos perversos dessa prioridade é o seu reflexo negativo sobre a distribuição de renda. As universidades públicas servem, basicamente, a estudantes de classe média. E o pior é que ainda não apareceu coragem, nessas universidades, para cobrar o curso de quem poderia muito bem pagar por ele.

No mercado do trabalho, mesmo no Brasil, cada vez há menos lugares para quem não tem boa formação básica. Já se recusa quem não tenha Primeiro Grau completo; e, para muitos empregos, exige-se também o Segundo. É a nova lógica da produção. Isso exige adaptações violentas de um sistema educacional capenga. Daí a urgência — e a veemência — do professor Gianotti.

...menos
lugares para
quem não tem
boa formação
básica
